

As políticas do patrimônio imaterial e seus impactos nos grupos da cultura popular na festa de Santo Antônio em Barbalha/CE

Cicera Tayane Soares da Silva

Doutoranda em Antropologia Social (PPGAS/UFRN)

RESUMO

Este artigo é resultante da pesquisa de doutorado em andamento, nele buscamos apresentar ao leitor a Festa de Santo Antônio, realizada em Barbalha, interior do Ceará. Através dessa celebração, buscou-se pensar os impactos das políticas de salvaguarda nos grupos da cultura popular que integram a festividade, compreendendo como a celebração ganhou novas conotações políticas através do seu registro e como isso interfere na dinâmica sociocultural do festejo. Os dados aqui apresentados são frutos de trabalho de campo realizado entre os anos de 2018 e 2019.

Palavras-chave: Antropologia Social; Patrimônio Imaterial; Festa; Grupos Populares.

Policies of immaterial heritage and its impacts on popular culture groups at Santo Antônio's festival in Barbalha/CE

ABSTRACT

The communication presented here is the result of ongoing doctoral research, in which we seek to present the Santo Antônio Party to the reader, held in Barbalha, in the interior of Ceará. Through this celebration, we seek to think about the impact of safeguard policies on popular culture groups that integrate the festival, understanding how the celebration gained new political connotations through its registration and how it interferes with the sociocultural dynamics of the celebration. The data presented here are the result of fieldwork carried out between the years 2017 and 2018.

Keywords: Social anthropology; Intangible Heritage; Party; Popular Groups.

Políticas de patrimonio inmaterial y sus impactos en grupos de cultura popular en el festival de Santo Antônio en Barbalhace/CE

RESUMEN

La comunicación aquí presentada es el resultado de una investigación doctoral en curso, en la que buscamos presentar al lector la Fiesta Santo Antônio, realizada en Barbalha, en el interior de Ceará. A través de esta celebración buscamos reflexionar sobre el impacto de las políticas de salvaguarda en los grupos de la cultura popular que integran la festividad, entendiendo cómo la celebración adquirió nuevas connotaciones políticas a través de su registro y cómo interfiere con la dinámica sociocultural de la celebración. Los datos aquí presentados son el resultado del trabajo de campo realizado entre los años 2017 y 2018.

Palabras clave: Antropología Social; Patrimonio inmaterial; Fiesta; Grupos populares.

Introdução

A crescente apropriação da categoria “*patrimônio*”, em suas diversas formas – biológico, arquitetônico, paisagístico, artístico, material, imaterial, tem chamado a atenção de diversos estudos em diversas áreas. Na antropologia tais preocupações ganharam relevo, sobretudo, a partir do século XX, momento onde o conceito de patrimônio imaterial ganhou relevância e atingiu novas conotações. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), os patrimônios de natureza imaterial compreendem as tradições, expressões orais, artes, rituais, festas e uma infinidade de saberes que atuam na formação indenícia de um povo. Através disso, as discussões deixaram de ser exclusivamente sobre os patrimônios de “*pedra e cal*”, como nos apontou Maria Cecília Londres Fonseca (1997) e passaram a incorporar as dimensões imateriais e simbólicas dos patrimônios. Frente a isso, voltamos nossas análises para o patrimônio imaterial da Festa de Santo Antônio.

No artigo proposto, procuramos analisar a Festa de Santo Antônio, que ocorre na cidade de Barbalha, região do Cariri². Esse evento consiste em uma das manifestações culturais mais importantes para a cultura local, pois ela agencia categorias caras para o campo antropológico, como: memória, tradição, cultura popular, religiosidade, espetacularização e a própria noção de patrimônio imaterial e seus impasses.

A “Festa do Pau”, como conhecida por moradores e visitantes, começa no final de maio e/ou início do mês de junho, iniciando-se com o corte e cortejo do Pau da Bandeira e transcorrendo durante 13 dias com a realização das trezenas ao santo. O dia de abertura do evento é considerado pelos brincantes e devotos como sendo o momento mais significativo da festa, pois é hora de hastear a bandeira do santo casamenteiro, anunciando para todo o Cariri que os festejos a Santo Antônio começaram.

A festa é um misto entre os aspectos sagrados – que são materializados através de missas, procissões, cortejo do pau da bandeira, trezenas e quermesses; e profanos – festas dançantes, com ingestão de bebidas alcoólicas, brincadeiras jocosas envolvendo a imagem do santo. Percebemos a coexistência das manifestações consideradas de cunho religioso e das reconhecidas como sacrilégio. A impossibilidade de demarcar e uniformizar as manifestações que ocorrem em tal espacialidade lhes garante uma estética própria.

É nesse cenário, composto por elementos distintivos que se unem para compor a festividade a Santo Antônio, que as políticas de patrimonialização surgem com o intuito de “preservar” e “apoiar a continuidade” da festa. Frente a isso, buscamos nesse trabalho analisar os impactos das políticas de patrimonialização nos grupos da cultura popular que participam da festa, observando o que esses sujeitos dizem sobre a salvaguarda da celebração.

O festejo a Santo Antônio é considerado uma manifestação tradicional da região do Cariri por abranger a religiosidade popular através de um sistema de crenças mediada pela figura do santo e, por manifestações culturais que incluem danças, cantigas, rituais em torno da árvore e etc. Esses aspectos foram sendo incorporados e serviram como elementos construtores, que consolidaram a Festa de Santo Antônio enquanto um evento popular tradicional. Essa ideia está ligada ao que Renata Marinho Paz e Roberto Marques (2013) chamam de “romantização” da cultura popular, ou seja, a festa passa a ser reconhecida no imaginário popular como um espaço vinculado às práticas tradicionais. Esse cenário constrói a festividade como um espaço ligado ao telurismo do passado e à necessidade de preservação. Com isso, a festa analisada passa a incorporar esse *jogo imagético*, que a coloca enquanto uma manifestação pura de um passado *saudosista*.

Essa maneira de compreender o evento despertou o interesse das instituições de preservação, intelectuais da região e grupos populares para a necessidade de tornar a festa um patrimônio cultural imaterial do Brasil. Nesse contexto, os grupos populares – objeto de nossa investigação – exercem papel de destaque, levando em consideração que são eles que conferem ao evento a ideia de um festejo popular, que preserva as manifestações culturais da região. Ao todo são mais de quarenta (40) grupos populares a se apresentarem na abertura do festejo, incluindo os grupos de Coco, Maculelê, Lapinhas, Reisados, Maneiros-Pau, Danças da Fita, Penitentes, Bandas Cabaçais, Dança de São Gonçalo, Congos, e tantos outros.

Levando em conta esse contexto, torna-se promissor refletir como os grupos populares compreendem a patrimonialização e quais os impactos desta nas manifestações culturais realizadas por tais sujeitos.

O patrimônio imaterial em contexto

Para compreendermos a importância que a categoria patrimônio imaterial exerce no contexto da Festa de Santo Antônio é necessário, antes de tudo, refletir sobre como esse conceito emerge no campo antropológico e como ele desperta inúmeros questionamentos importantes para entender o contexto pesquisado.

O termo patrimônio está imbuído de múltiplas semânticas, têm-se os patrimônios materiais (que consistem no que Fonseca (2003) denominou como “patrimônio da pedra e cal”); os patrimônios genéticos (que se inserem no campo da Medicina e da Biologia, como nos dizem Regina Abreu (2003)); tem-se ainda, o que Ruben Oliven (2003) denominou como patrimônio intangível (que seria os bens de natureza imaterial, incluso os saberes, expressões da cultura popular, festas e celebrações). Poderíamos elencar diversos tipos de patrimônios, todavia, nos concentraremos sobre o patrimônio de caráter imaterial, que definiremos mais adiante. Procuramos compreender, neste estudo, qual o significado que os grupos populares conferem ao seu patrimônio e como isso impacta diretamente as suas vivências e rituais, para fazer esse esforço de compreender o que os agentes dizem ser o patrimônio se faz necessário esclarecer qual definição utilizaremos aqui.

A ideia que perpassa todos os tipos de patrimônios faz referência à questão da preservação, seja ela, por exemplo, de um prédio antigo localizado na cidade de Olinda em Recife ou de uma festa que ocorre no interior do Ceará, na cidade de Barbalha. A princípio, as políticas de patrimonialização surgem através da necessidade de preservar os bens materiais e imateriais antes que eles “desapareçam”. Com isso, o Estado assume a responsabilidade de salvaguardar, proteger e repassar para as futuras gerações os bens em questão. O ponto que interliga todos esses tipos de patrimônios reside no fato de que sobre eles repousam uma memória ou várias memórias atuando ao mesmo tempo, que merecem ser preservadas via políticas estatais.

Márcia Sant’Anna (2003) nos evidencia que foi a partir do século XIX que houve a expansão das concepções de patrimônio, sendo que a França foi o país propulsor em tais discussões. Por muito tempo, a noção de patrimônio esteve vinculada aos objetos de cunho material, quando se privilegiava a arquitetura como único bem passível de tombamento. Tal concepção estava ligada à noção de patrimônio nacional, que situava os bens em espaços geográficos delimitados, fortalecendo o sentimento de nacionalidade.

O patrimônio para além de ser exclusivamente ligado ao quesito material dos objetos, também ajudava a consolidar as imagens dos lugares onde estavam vinculados, disponibilizando o sentimento de pertencimento a esses espaços. Nesse momento, a concepção de patrimônio estava diretamente ligada à ideia de coisa corpórea. Com o advento da Revolução Francesa, a proposta de pensar outras formas de patrimônio foi aos poucos sendo revisitada, impondo a necessidade de se enxergar a categoria *patrimônio*. Com essa discussão, começou-se a se pensar os primeiros instrumentos de preservação para além dos monumentos de pedra e cal. Sant’Anna (2003) nos aponta, contudo, que as discussões sobre a imaterialidade do patrimônio não foram oriundas dos países europeus ocidentais, mas dos chamados países de terceiro mundo, cuja importância dos objetos não recaía na sua materialidade, mas nos processos culturais que culminaram em seu surgimento.

No mundo oriental, o aspecto mais importante residia no fato de que os objetos guardavam as vivências do passado e do presente, preservando a tradição e a memória de seu povo. Postula-se, assim, uma dicotomia entre as concepções sobre o patrimônio nos países ocidentais e orientais. No primeiro, tem-se uma concepção fundada na conservação do objeto; no segundo, privilegia-se a transmissão do saber, da tradição. A imaterialidade, portanto, só se torna uma questão para o Ocidente na década de 1970, quando a Unesco recomenda aos países a difusão, salvaguarda e a proteção da cultura tradicional popular. No entanto, tal recomendação não foi seguida rapidamente pelos países, sendo necessários longos anos para que de fato a imaterialidade do patrimônio fosse considerada uma questão relevante.

Na América Latina essas discussões coincidem com o fortalecimento dos Estados nacionais, segundo Lia Calabre (2013) as políticas culturais tiveram seu fortalecimento durante os governos autoritários, onde havia uma preocupação em preservar as manifestações artísticas eruditas de origem europeias. Tinha-se, naquele momento, uma tentativa de construção das identidades dos países amparadas na questão da tradição.

No contexto brasileiro as discussões em volta da definição do conceito de patrimônio de natureza imaterial – objeto de investigação – surgem com a Constituição de 1988, a partir do Artigo 216, que compreende o patrimônio cultural brasileiro através de duas prerrogativas, material e imaterial (FONSECA, 2003). Por intermédio desse Artigo passou-se a incorporar aos patrimônios brasileiros as celebrações, as memórias, as identidades, os modos de fazer e tantos outros bens que não eram passíveis de

tombamento. Dessa forma, seria necessário criar estratégias que conseguissem preservar os bens que escapavam das definições dos patrimônios materiais.

Ao analisar o contexto nacional, as discussões sobre a imaterialidade do patrimônio no Brasil foi tardia, tendo em vista que as primeiras discussões não vingaram, quando Mário de Andrade propõe em 1936 pensar que os bens não são apenas artefatos colecionáveis, mas, sobretudo, lendas, vocabulários, músicas, festas dentre outras manifestações da cultura (FONSECA, 2003). Mário de Andrade foi um dos primeiros autores a questionar a definição de patrimônio, rompendo com a maneira reducionista de pensar tal categoria, que se baseava unicamente pelo viés dos objetos concretos. Foi através da ideia pela qual os objetos culturais são dotados de dinamicidade que a Constituição Federal de 1988 passa a compreender o patrimônio cultural brasileiro como um conjunto de bens, portadores de memórias, identidades, modos de criar e fazer.

Em termos gerais de criação e consolidação, o conceito de patrimônio imaterial está ligado, sobretudo, à noção de preservação. No entanto, essa definição não pode ser encarada de maneira simplista, uma vez que envolve relações conflituosas entre diversos agentes sociais. Várias questões podem ser acopladas a esse campo, dentre elas podemos destacar; o patrimônio imaterial cumpre sua missão de proteger e assegurar para as futuras gerações o bem registrado? Quais são as limitações dessa política? O que nos dizem os agentes que vivenciam essas experiências?

Parece lugar-comum, entre os estudiosos do patrimônio, destacar o seu caráter de transmissão e preservação. Oliven (2003) aponta, todavia, para o “processo de congelamento” intrínseco às discussões sobre patrimônio. Esse processo diz respeito à maneira como o patrimônio busca congelar as memórias sobre a prerrogativa do desaparecimento, ou seja, “a ideia de que o patrimônio deve permanecer intacto, como se o tempo não passasse” (OLIVEN, 2003, p. 77). Através do postulado elencado pelo autor, enfatizamos outro questionamento, como essas políticas estatais garantem a dinamicidade do bem que ora analisamos? A Festa de Santo Antônio está a todo momento se reinventando; sendo, assim, como se pode preservar traços de uma manifestação cultural em constante processo de mudanças?

Christian Bromberger (2014) aponta que um dos postulados das políticas de patrimonialização consiste justamente na necessidade de preservação e repasse das tradições via políticas estatais de patrimonialização, sendo que a inscrição no livro de registro enquanto um bem imaterial fortaleceria os laços entre a comunidade e o bem registrado. Bromberger (2014), no entanto, constrói severas críticas à maneira

reducionista com que a Unesco têm tratado os patrimônios, sendo por vez ilusória e falsificadora da realidade social. Para o autor, a Unesco, no momento em que propõe preservar as manifestações culturais, levando em consideração a sua especificada, unifica a diversidade cultural existente nas manifestações culturais que são registradas. Na Festa de Santo Antônio essa unificação é acentuada a partir do momento em que se tem um tempo estipulado para as apresentações, as vestimentas são escolhidas pelo poder público municipal e toda a organização dos rituais que serão apresentados no decorrer da festa passam, inevitavelmente, pelos órgãos responsáveis.

Sobre a noção de patrimônios intangíveis – imateriais –, Bromberger salienta:

La notion de « patrimoine immatériel » apparaît donc trompeuse et inadaptée mais voici peut-être plus grave encore. Le « catéchisme » de l'Unesco (je reprends l'expression de Claude Lévi-Strauss [1983: 14]) postule que la diversité culturelle s'accompagne du respect mutuel entre les cultures. Et une des clauses de la convention de 2003 est que les pratiques inscrites sur la liste du patrimoine immatériel doivent favoriser le dialogue interculturel. Je voudrais montrer, à l'aide de deux exemples, à quel point cette clause est illusoire. (BROMBERGER, 2014, p. 143).

Bromberger (2014) sinaliza que a própria acepção do termo intangível/imaterial resguarda algumas análises que devem ser pontuadas e compreendidas; primeiramente a de que os objetos – a cultura material – não podem ser desvinculados de suas representações, que são construídas mediante os processos culturais; segundo, que não se pode entender como que uma comunidade, que foi estigmatizada por outra - como um bem imaterial - possa contribuir para um diálogo intercultural que as agências de fomento dizem acreditar.

O “Le dogme, pétri de bonnes intentions” (BROMBERGER, 2014, p. 146) se refere aos dogmas criados pelas instituições como forma de mascarar as várias lacunas deixadas por essas políticas. Para ele, o patrimônio, a princípio, consistiria na ideia de promover o diálogo intercultural, contudo isso seria uma maneira ilusória de compreender os patrimônios intangíveis/imateriais, sendo que as instituições acabam por homogeneizar a diversidade em prol de um modelo unificador do patrimônio imaterial.

O conceito de “dossiê da rotulagem” (BROMBERGER, 2014) nos é interessante para refletirmos sobre a maneira com que os processos de patrimonialização propõe uma “higienização” do bem registrado, retirando-lhes o seu significado. A

patrimonialização, em muitos casos, acarreta no esvaziamento dos significados dos bens registrados, lhes ausentando de sua diversidade e heterogeneidade (BROMBERGER, 2014).

Ao analisarmos o contexto pesquisado, podemos compreender que a Festa de Santo Antônio passou por uma “artificialização estética” (BROMBERGER, 2014), que corresponde à maneira como o poder público municipal da cidade de Barbalha foi enxugando as tradições para que coubessem no modelo de festa que privilegiava as grandes atrações artísticas e os interesses das grandes marcas. Essa “artificialização estética” começa ainda na década de 1970, quando se deu início ao processo de carnavalização³.

Gonçalves (2019) aponta para a necessidade de desestabilizar as próprias definições sobre a categoria do patrimônio. Para o autor, em vez de procurar definir a todo custo sobre o que é ou não é o patrimônio, seria mais interessante compreender como os indivíduos se relacionam com ele. É notório que o patrimônio da Festa de Santo Antônio é produtor de novos discursos sobre as identidades dos grupos populares, mas o mesmo também é lócus privilegiado de grandes lutas políticas, produzindo hierarquias e diferenciação social, que surgem mediante o registro. No presente estudo compreendemos o conceito de patrimônio como “investimentos emocionais” (FABRE, 2013) de ordem simbólica e afetiva para os seus agentes.

Ao analisarmos os grupos populares, percebemos que a ligação que eles têm com seus patrimônios está ligada, sobretudo, com a ideia de memória, de continuidade. Assim, o patrimônio seria uma realidade subjetiva, acessada através das lembranças dos mais antigos, que relembram a origem de suas crenças e a maneira como estas foram sendo repassadas ao longo do tempo.

Eu disse pro pessoal, à cultura de Barbalha tá se acabando. O Reisado é uma tradição passada de pai pra filho, num deixe se acabar nunca. Eu já disse, se eu morrer, num deixe se acabar não. Não deixe, pois é uma coisa importante pra nós, pra mostrar quem somos nós, o que nós fizemos (Entrevista com o mestre Antônio José, realizada em 14 de janeiro de 2020).

O patrimônio como realidades subjetivas define a identidade dos grupos que deles fazem uso. Quando o mestre Antônio José aponta para a necessidade de não deixar a tradição acabar, ele reforça o vínculo existente com o seu bem, que não precisa, necessariamente, ser reconhecido pelas instituições enquanto um patrimônio registrado,

mas como uma categoria que está ligada à memória de suas vivências, à tradição que irá ser repassada de geração para geração.

O patrimônio, nesse caso, estaria ligado, sobretudo, ao seu caráter afetivo.

Teve um tempo que eu adoeci de um bucado de coisa, da próstata, da hérnia. Aí eu fiquei sem plano, pra mim eu iria morrer. Eu sentado numa cadeira ali, com um negócio cheio de sangue, aí eu peguei a chorar. Quando eu me calei aí veio no coração um bendito⁴, eu pedi muita força ao meu Padim Ciço e ele me deu. Aí eu comecei a cantar; *rezemos com alegria, rezemos com atenção, Nossa Senhora das Dores e a Vigem da Conceição. Os romeiros do sertão, toda hora, todo dia vão pra igreja do Socorro fazer sua romaria. Os romeiros vêm de longe, eles vêm com atenção pra dentro do Juazeiro fazer sua oração. Meu Padim Ciço Romão pra mim ele não morreu não, tá dentro do juazeiro, junto com Frei Damião* (Choro). *Meu Padim Ciço Romão, eu rezo com atenção, tá na colina do horto, abençoando os cristãos* (Entrevista realizada com Vicente Luiz, em 29 de janeiro de 2020).

Sentado sobre uma cadeira de couro no quintal de sua casa, com as mãos sobre os joelhos que tocavam a sua face, os olhos cheios de lágrimas denunciavam as marcas que o tempo deixou naquela feição triste e chorosa. Mestre Vicente Luiz recorda as suas memórias de Penitente, que estão ligadas ao seu lado afetivo. O mestre relembra de forma emocionada de um dos momentos mais difíceis de sua vida, quando ele ficou doente. Ele recorda o bendito que fez para pedir forças ao Padre Cícero, santo de sua devoção, para seguir com o fazer da penitência. Através do relato do mestre, podemos apontar que o patrimônio não encontra, necessariamente, sua realização nas políticas públicas de preservação e nas agências de fomento. Ele é, antes de tudo, memória, que é acionada por seus agentes em sua vida cotidiana. O patrimônio é visto e entendido aqui como “regimes afetivos” (FABRE, 2013).

O patrimônio da Festa de Santo Antônio

É sabido que o patrimônio imaterial, antes de ser percebido como política pública que atua na vida dos indivíduos, é constituído por memórias, que são acionadas pelos sujeitos que legitimam a importância da festa para suas vidas. Dessa forma, antes do festejo ser reconhecido enquanto patrimônio imaterial brasileiro, ele já exerce significados na vida cotidiana dos indivíduos. No entanto, o que mudou na realidade dos grupos populares depois que a festa se tornou patrimônio imaterial?

No ano de 2015, a Festa de santo Antônio foi reconhecida enquanto patrimônio imaterial do Brasil. Com isso, ficou instituído o compromisso tanto do Estado quanto da população em se comprometer com a sua salvaguarda. Ao todo, são cinquenta e um (51) bens associados ao registro da festa, dentre eles estão:

No quesito **Celebrações** foram incluídos (Corte do Pau da Bandeira, Bênção da Bandeira, Carregamento e Hasteamento do Pau da Bandeira, Desfile dos grupos de Folguedos, Trezena de Santo Antônio, Procissão de Santo Antônio). No quesito **Formas de Expressão**, (Bandas Cabaçais, Capoeira, Dança da Maresia, Dança de São Gonçalo, Dança do Capim da Lagoa, Dança do Coco, Dança do Maneiro Pau, Dança do Milho, Dança do Pau de Fitas, Lapinhas, Incelências, Penitentes, Quadrilhas, Reisado de Congo e Reisado de Couro). No quesito **Ofícios**, destaca-se (Carregador da Bandeira, Carroça da Cachaça, Comida dos Carregadores, Confecção da Bandeira, Confecção das Máscaras do Reisado, Confecção dos objetos rituais dos Penitentes, Cortadores do Pau, Fabricação do Guincho, Ornamentação do Carro Andor e Fabricação das Tesouras). No quesito **Lugares**, (Barbalha, Bairro Bela Vista, Sítio Flores, Praça da Matriz, Rua da Matriz, Rua do Vidéo e Sítio São Joaquim). No quesito **Edificações**, (Biblioteca Municipal, Casa de Câmara e Cadeia, Casarão Hotel, Igreja Matriz de Santo Antônio) (ALEXANDRE; SOUZA; BEZERRA, 2013-grifos dos autores).

Como percebido, a Festa de Santo Antônio é composta por uma infinidade de bens associados à sua salvaguarda. Pelo fato do festejo preservar elementos da cultura popular da região, a festa passou a ser reconhecida, tanto pela população quanto pelas instituições de fomento como patrimônio imaterial. Nesse cenário, os grupos populares são essenciais para refletir o evento.

O Cortejo do Pau da Bandeira consiste em um dos rituais mais importantes da festividade. Esse é o momento no qual os devotos e brincantes carregam o mastro da bandeira – o Pau de Santo Antônio – da zona rural do município até a igreja matriz, onde o mastro será erguido. Esse processo começa pela manhã do último domingo do mês de maio ou primeiro domingo do mês de junho, dando início as comemorações ao santo. Paralelamente ao ritual do cortejo do Pau da Bandeira, tem-se na zona urbana o cortejo dos Grupos Populares, sendo este o momento mais importante para os grupos da cultura popular, em virtude de ser o espaço dedicado às apresentações artísticas.

Durante a realização da pesquisa de campo no ano de 2018, conheci Mestre Antônio⁵. Seu Antônio, que já participa da festa há alguns anos demonstrava sua indignação com o atual cenário que os grupos populares estavam submetidos.

Perguntado se eles – os grupos populares – haviam ganhado maior visibilidade com a patrimonialização, ele diz:

Precisava ter, mas não tem. Precisava ter só que não tem (tom de voz alterado). Sou eu quem compro meus materiais, eles só pagam a costura, e quando pagam. Eu, o mestre! (ênfaticamente). Reisado é um bicho costoso e essa questão financeira interfere na nossa apresentação, porque a gente faz uma brincadeira dessa aqui e o cache que dão a gente é de R\$ 800, que é dividido para 18 pessoas. Eu não posso ficar com o dinheiro só para mim, eu não ganho ele só. Tem que dividir (Entrevista realizada com mestre Antônio, em 26 de maio de 2018).

Seu Antônio aponta para a questão financeira, que segundo ele é precária. No entanto, essa desvalorização não se dá apenas sobre esse quesito. Para ele, falta reconhecimento. “A cultura somos nós. Sem nós não existe cultura. Eles não dão valor à cultura, e os que estão lá dentro não sabem nem o que é cultura”. Quando seu Antônio retrata “os que estão lá dentro”, está se referindo aos agentes do governo, que segundo ele, não compreendem o que é cultura e a importância dos grupos populares para a preservação da festa.

Continuando a conversa com mestre Antônio, ele relatava às dificuldades da cultura popular em permanecer no espaço da festa, que passa a cada ano por modificações intensas. Em certo momento, quando ele me apontava sobre a realidade do seu grupo de Reisado, veio até nós, uma integrante do poder público municipal, que organizava o desfile dos grupos populares. Nessa hora, a moça pediu para que todos os grupos se encaminhassem para a saída do cortejo. Seu Antônio não hesitou em puxar a moça pelo braço, dizendo: “Venha conversar com a doutora aqui. Ela quer saber sobre a festa e sobre nossos grupos”. Nessa hora, a moça ofertou um sorriso tímido e rapidamente disse: “Infelizmente, agora não poderei disponibilizar nenhuma informação, pois estou organizando os últimos ajustes para a saída do cortejo”. Se despedindo, a moça aperta minha mão e logo em seguida sai. Seu Antônio não satisfeito com a situação continua: “Tá vendo aí? É sempre assim. Eles não ligam para nossa situação, quando nós vamos atrás de algum benefício é sempre essa burocracia danada”.

As falas do mestre Antônio demonstram sua indignação, tanto com o lado financeiro, quanto com a questão da desvalorização social dos grupos populares, faltando investimento, espaço e reconhecimento.

A questão da desvalorização dos grupos populares é um assunto levantado por

muitos seguimentos que comparecem ao evento. Verônica Isidoro é diretora da Marcha das Mulheres do Cariri e afirma que falta investimento público para a cultura, segundo ela: “Essa festa é construída no lombo de muita gente. Os grupos artísticos que você está vendo aqui ficam renegados o ano inteiro, sendo utilizados como objeto para enfeitar a festa no dia de hoje” (Entrevista realizada com Verônica Isidoro, em 26 de maio de 2018).

As insatisfações geradas pela política de patrimonialização encontra seu ponto central em dois aspectos importantes para analisar esse contexto, a questão financeira e a desvalorização. Verônica enfatiza que, “As políticas do patrimônio não cumprem com o que elas se propõem a fazer”.

Conforme mencionado, podemos apontar para a existência de um campo permeado por disputas e conflitos existente entre o poder público e os grupos populares. Para Paz e Silva (2013) existe uma convergência entre os sentidos atribuídos por cada setor.

Esta ação do município, associada a políticas estaduais de valorização do patrimônio, como o programa Mestre da Cultura instituído pela Lei N° 13.351, de 22 de agosto de 2013, ao mesmo tempo em que pretende reconhecer, valorizar e dar condições de subsistência e perpetuação aos mestres, aos grupos, e aos seus ofícios e expressões, acaba gerando também um acirrado campo de disputa entre eles (PAZ; SILVA, 2013, p. 161).

As autoras afirmam a existência de conflitos entre os grupos populares e o governo a nível municipal e estadual. Isso se faz evidente através dos discursos dos entrevistados.

Ao analisarmos tais alocações pensamos sobre a perspectiva Valdimar Hafstein (2013), quando o autor aponta para o conceito de “fluxos culturais transnacionais das tradições populares”, isso se refere à maneira como as tradições foram sendo colocadas na agenda internacional e como as mesmas serviram de legitimação para a conformação dos sujeitos de Estado. Essa concepção de “fluxos transnacionais” (HAFSTEIN, 2013) aponta para os problemas que as culturas populares vêm sofrendo ao longo do tempo. A partir do momento que os bens imateriais são reconhecidos como patrimônio imaterial, as manifestações culturais sofrem modificações, que impactam diretamente os grupos que analisamos.

Tal definição aloca a noção de como o Estado se apropria da cultura popular para

compor os sujeitos de Estado e, assim, consolidar uma imagem sobre a nação. Tal ponto de vista se torna problemático para analisar os patrimônios imateriais de maneira mais abrangente, pois se parte do pressuposto de que o Estado manipula os bens culturais a seu favor questiona-se a autonomia dos grupos e dos bens produzidos por eles.

Isso nos sinaliza uma questão importante para analisar a presente festa. Se a definição de patrimônio imaterial vem ao encontro de agregar valor e empoderamento aos bens registrados, qual seria a possibilidade desses bens tornarem-se assujeitados aos sistemas que os criou?

Para compreender como essas relações são construídas se faz necessário nos perguntarmos, primeiramente, com quem o Estado negocia para a conformação de tais bens. Para tentar apontar possíveis desdobramentos dessa pergunta, acreditamos que as comunidades são ativamente reinventadas, onde a própria imaterialidade precisa ser imaginada e fabricada por seus agentes.

A imaterialidade consiste em uma categoria criada para administrar as populações, ou seja, a própria definição de patrimônio imaterial é usada para desenvolver relações de assujeitamento entre os grupos (detentores do saber) e o Estado (administrador de tais bens).

Apesar das aparências, porém, as comunidades precisam ser ativamente inventadas. Suas fronteiras e singularidades devem ser estabelecidas para que possamos imaginá-las, passá-las em revista, mobilizá-las. É exatamente isso que faz o patrimônio imaterial: transforma práticas culturais em recursos para administrar as populações. (HAFSTEIN, 2013. p. 29).

Hafstein (2013) aponta que, em muito dos casos, as próprias políticas que a princípio surgem como uma forma de perpetuação dos bens salvaguardados, acaba por fazer com que os patrimônios se tornem assujeitados às políticas que os criou.

Como percebido através dos discursos evidenciados pelos informantes da pesquisa, o título “*patrimônio imaterial*” da Festa de Santo Antônio não garante, necessariamente, a sua preservação e o seu reconhecimento. Isso acontece tanto com o lado financeiro, quanto com a questão da desvalorização social dos grupos populares, faltando investimento, espaço e reconhecimento.

Michel Herzfeld (2016) aponta para as raízes da burocratização e como estas fazem emergir o que ele chama de negligência. Para o autor, o descuido das autoridades

faz com que haja a negação da identidade dos indivíduos por meio dos processos de burocratização, que ocasionam a ineficiência do sistema.

Nos relatos mencionados acima, percebemos como os grupos populares, de acordo com seu Antônio e Verônica, têm dificuldade de acessar os seus direitos por intermédio dos processos burocráticos. Isso se faz evidente através das tensões demonstradas entre o encontro de gestores e a figura do mestre Antônio.

A burocratização consiste em um fenômeno social, que comporta tensões entre as normas oficiais e os valores que são localizados no grupo. Através disso, compreendemos os processos de patrimonialização como uma via de mão dupla, que conta com a interferência do Estado e da comunidade para criar os sistemas burocráticos, que são acionados e manipulados por razões políticas.

É visível a interferência do Estado na festa por meio das políticas de patrimonialização, que disponibiliza aos diferentes sujeitos agenciar sua participação dentro desse contexto, resultando em processos burocráticos que compõe a própria noção do patrimônio imaterial.

José Jorge de Carvalho (2004) elenca alguns problemas que estão por trás das políticas do patrimônio. Para o autor, essas políticas estão fortemente impregnadas por discussões de classe e raça. Ao se questionar sobre quem formula essas leis, Carvalho (2004) destaca as posições de privilégio dos profissionais que executam os inventários do patrimônio imaterial brasileiro, sendo que estes agentes, em muitos dos casos, não estão preocupados com a sobrevivência dos patrimônios culturais. Assim, tem-se a falta de compromisso com a continuidade, que seria um dos pilares que sustentam as políticas de salvaguarda. “No caso mais frequente, os rituais tradicionais sofrem uma redução semiológica e semântica no momento em que são transformados em espetáculos comerciais” (CARVALHO, 2004, p. 8). Carvalho postula que as políticas do patrimônio não são neutras, estando essas imbuídas por valores classistas que ocasiona em uma “performance morta” das tradições apresentadas pelos membros dos grupos populares.

O campo do patrimônio não é neutro, sendo este marcado por lutas políticas, que leva em consideração o lugar ocupado por cada sujeito dentro desse processo. Percebemos que a patrimonialização da Festa de Santo Antônio acarreta na sua ampla visibilização, agregando valor simbólico ao bem registrado. Isso não significa dizer, contudo, que os grupos populares tenham tido maior investimento e reconhecimento, como é trazido à tona pelos dois informantes aqui mencionados. Logo, a patrimonialização não garante o reconhecimento social desses grupos. Assim, resta-nos

saber como os sujeitos – que fazem parte dos grupos populares – acionam essa categoria sobre outra prerrogativa, à memória.

A memória como mecanismo de legitimação do patrimônio e dos grupos populares

Um critério-chave para a legitimidade de qualquer pleito ao registro é a sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. A continuidade histórica dos bens culturais, sua ligação com o passado e sua reiteração, transformação e atualização permanentes tornam-nos referências culturais para as comunidades que os mantêm e os vivenciam. A referência cultural é um conceito-chave na formulação e na prática da política brasileira de salvaguarda (CAVALCANTI, 2018, p. 19).

Como já abordamos anteriormente, a patrimonialização é carregada por conflitos de diferentes ordens. No presente trabalho, nossas atenções recaíram sobre como os grupos populares pensam essas políticas. Gostaríamos de chamar a atenção do leitor para outro ponto importante, que consiste na forma como os sujeitos acionam a memória como ferramenta política que dá sustentação ao seu patrimônio.

Segundo Maria Laura Cavalcanti (2018), a memória é de grande relevância para a continuidade dos bens registrados, pois é através dela que os indivíduos constroem os seus patrimônios. Observamos que no campo de pesquisa analisado, os sujeitos recorrem à memória como elemento de distinção para falar sobre a festa e o seu processo de registro.

A categoria memória é cara para os estudos sobre patrimônio, é através dela que as populações reivindicam para si o caráter de “autenticidade cultural”. Autenticidade no sentido de verdadeiro, de raiz. Na festa aqui analisada, o conceito de memória é de extrema importância para enxergarmos como as políticas de patrimonialização se apropriam de tal conceito para construir uma narrativa de preservacionismo. Por outro lado, os grupos populares também recorrem a esse postulado, no entanto, sobre outra prerrogativa.

Nesse cenário, a memória é constantemente agenciada como mecanismo de legitimação, seja para os preservacionistas ou para os próprios grupos que sofrem os impactos das políticas de patrimonialização. Assim, a memória é uma construção do passado, que negocia relações de poder com diversos setores da sociedade no contexto

presente.

Para Elsa Blair-Trujillo (2011), a memória fabrica as identidades dos sujeitos, evidenciando o pertencimento que eles têm para com sua cultura. Assim, a memória é fruto da dimensão coletiva, produzida e compartilhada com outros indivíduos em determinados espaços. Ela reforça os laços de pertencimento, solidariedade e sociabilidade, mas também anunciam os conflitos e negociações, tensões e rupturas, lembranças e esquecimentos.

Essas tensões são evidenciadas na festa, quando os membros acionam suas memórias como mecanismos de legitimação. No contexto estudado existe uma polarização entre os sujeitos que afirmam que a festa está passando por grandes transformações, e que por isso está perdendo o seu caráter tradicional, deixando os grupos populares desprotegidos em detrimento de uma modernização da festa.

No campo realizado no ano de 2018, conversei com um rapaz chamado Toninho⁶. Ele me relatou que já participa da Festa de Santo Antônio, indo todos os anos apenas no período da manhã, pois segundo ele, “quando chega o entardecer não se tem mais o que se ver”. O informante relembra os tempos passados dizendo:

Já faz um bom tempo que eu e minha companheira vamos à festa, todos os anos, não é, meu amor?! Mas a gente sente que essa tradição está cada vez mais escassa. Os grupos populares só se apresentam uma única vez, durante toda a festa. Quando é à tarde, não se ver mais nada da tradição, só o cortejo do pau, mas o carregamento virou uma esculhambação⁷. É bebedeira, é briga, e esses forrós que ninguém entende a letra. As coisas mudaram. Mudaram para pior. (Entrevista realizada com Toninho, em 26 de maio de 2018).

Para Toninho, os processos de mudança ocorridos na festa são mais visíveis a cada ano que passa, sendo que para ele a festa vem perdendo o seu caráter tradicionalista. O interlocutor afirma que “Não se trata de pensar a festa sobre uma perspectiva estática, que não sofre mudanças com o tempo, mas preservar e dá subsídios para que os grupos populares tenham a chance de se manter dentro dessa dinâmica constante que é a festa”.

De acordo com Blair-Trujillo (2011), a memória tem a capacidade de criar heróis e vilões. No caso do relato acima a modernidade seria considerada pelos setores mais conservadores como algo ruim. Assim, Toninho aciona sua memória como legitimadora do discurso que compreende que a festa vem perdendo sua identidade ao longo dos

anos. Ele aponta que as principais causas para isso acontecer é a participação do mercado.

Eu, como historiador, fico sempre atento para pensar os processos históricos e percebo que essa presença do mercado, que traz grandes nomes da música nacional, como por exemplo, Aviões do Forró contribui para a escassez de recursos dos grupos que mais precisam. Então, se privilegia o nacional e esquece o local. (Entrevista realizada com Toninho, em 26 de maio de 2018).

Ao relatar suas memórias, o interlocutor privilegia alguns fatos em detrimento de outros. Sublinhamos a seletividade da memória que é utilizada como mecanismo legitimador do discurso empregado pelo sujeito. Assim, a memória será acionada de maneira distintiva por cada setor da sociedade, criando uma memória da festa e uma memória do patrimônio.

Para Mário Chagas (2003)

Ao assentar a lupa sobre o tecido resultante da costura entre memória e poder, o pesquisador coloca-se em condições de compreender a teia de forças que lhes confere sentido. Memória e poder exigem-se. Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento. O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento da sua vulnerabilidade à ação política de eger, reeager, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável. A ação política, por seu turno, invoca com frequência, o concurso da memória, seja para afirmar o novo, cuja eclosão dela depende, seja para ancorar no passado, em marcos fundadores especialmente selecionados, a experiência que se desenrola no presente. (2003. P. 141).

Na festa aqui analisada a memória é constituída através de arenas políticas e de relações de poder conflituosas.

Dentro desse contexto, pode-se enfatizar a existência de uma memória oficial que é construída sobre a rédea da patrimonialização, onde existe o discurso que privilegia a tradição, os grupos populares e o sagrado como elementos constitutivos da festa. Nessa perspectiva, notamos a existência de certo tipo de essencialismo, que enxerga a festa a partir da noção de tutela do Estado, como se coubesse a ele administrar e proteger os direitos de toda uma comunidade. Assim, o Estado, enquanto institucionalizador e agente da memória oficial, propõe uma estatização da memória, negando a pluralidade da mesma.

A memória que é tida como oficial da Festa de Santo Antônio é a que se alia aos aspectos vindos da tradição. No entanto, essa mesma memória será agenciada de forma diferente como já apontamos aqui. Para o Estado, a memória se daria via chave da patrimonialização, que em tese serve para construir a ideia de um valor nacional.

No entanto, com a participação dos próprios agentes sociais dentro desse contexto de construção e reivindicação da memória, inicia-se um questionamento da própria ideia de nação e da construção do patrimônio, sendo por vez reivindicada pelos próprios integrantes de tal comunidade. Isso fica evidente através dos discursos dos entrevistados, quando afirmam que a sua tradição está acabando e que o Estado pouco tem feito para reverter essa situação.

Blair-Trujillo (2011) questiona a ideia pela qual a memória se daria apenas via estatilização, sendo necessário descentrar a figura do Estado. Isso pode ser feito através do momento em que a memória passa a ser vista como a memória do espaço onde a mesma acontece e com a intervenção dos sujeitos que delas participam. Assim, percebe-se que os sujeitos reivindicam para si tanto sua memória como a forma como ela está sendo repassada aos demais.

Para Marta e Cristóbal Zambrano (2000), as memórias são confrontadas através das condições históricas em que são agenciadas. Frente a isso, podemos ver como os discursos sobre a memória são agenciados partindo da ideia de tradição, mas acionados por dispositivos diferentes. Se tanto seu Antônio, Verônica e Toninho afirmam a necessidade de manter viva a tradição, esse discurso também é formalizado através da patrimonialização. No entanto, para os membros dos grupos populares isso não acontece.

Neste terreno de negociações estão situadas relações de poder como mecanismo de circulação e transmutação da memória, ou seja, a memória que é apresentada é a memória que o grupo dominante deseja, no caso, a memória da patrimonialização. Essas memórias são por vez conflitivas, em virtude do seu acionamento por grupos específicos, com relações de poder também específicas. Desse modo, ambos os sujeitos se utilizam da memória para demarcar o seu lugar dentro do contexto festivo.

Assim, percebemos o jogo de poder, onde distintas instituições se utilizam da memória para legitimar o seu discurso. Se as políticas de patrimonialização recorrem à categoria da memória como necessária para a preservação dos bens, os grupos populares também os fazem, no entanto de forma diferenciada. Os mesmos remontam suas memórias como uma trajetória de resistência frente aos desafios de se manterem em

uma festa que sofre rápidos processos de mudança. Desse modo, a memória está para além de uma lembrança solta no tempo, ela é, antes, símbolo da resistência dos grupos populares que as usam para demarcar o seu lugar.

Considerações finais

Como foi apontado ao logo do trabalho, a festa obteve seu registro enquanto um bem imaterial, no entanto, os conflitos inerentes a essa preservação são sentidos através dos relatos dos entrevistados. Nessa perspectiva, entendemos que o patrimônio imaterial não diz respeito apenas à preservação, mas significa também intervenção nas realidades dos grupos populares que fazem parte da festa.

Merecem destaque, nesse cenário, dois pontos relevantes para compreender como as políticas de patrimonialização se fazem presentes no festejo; o primeiro faz referência à questão financeira, pois, de acordo com alguns membros dos grupos populares, o investimento é pouco e a burocracia para conseguir ter acesso aos editais é difícil; o segundo ponto faz alusão à questão da desvalorização social vivenciada por esses sujeitos.

Através disso, podemos ver como o Estado atua, por intermédio das políticas públicas de preservação, assegurando a valorização da festa e dos grupos populares. Em todo caso, a aplicabilidade dessas políticas é contestada através dos discursos dos participantes.

Sant'Ana (2013) afirma que os maiores riscos para a manutenção da cultura popular consistem no turismo predatório, apropriação pela mídia, indústria e a comercialização. No entanto, percebemos que tais aspectos andam de mãos dadas com as políticas de patrimonialização. Isso fica evidente quando notamos que, quando ocorre o registro o governo passa a atuar mais diretamente nesse cenário, possibilitando cada vez mais a comercialização e a propagação do turismo e do mercado.

A patrimonialização é a chave para a preservação da festa e dos grupos que dela participam. No entanto, tais políticas merecem ser constantemente revisitadas a fim de contribuir para o desenvolvimento da festa em seu conjunto. Lógico, que essa discussão sempre esbarrará na forma como o governo, a nível municipal, manuseia tais investimentos, mas não nos deteremos a essa discussão agora. O que nos é importante é pensar a forma como essa patrimonialização chega aos grupos, que como já apontado é cheia de lacunas e merece um estudo mais detalhado.

Falar em patrimonialização é perceber que existem relações de poder atuando a todo tempo, mostrando os discursos que cada setor se utiliza para legitimar o seu lugar de fala no universo cultural da festa. A patrimonialização de fato é importante para disponibilizar uma imagem a nível nacional da festa, mas ela por si só não oferece subsídios para a existência do bem registrado. É necessário que a sociedade reconheça a sua importância e junto com as políticas estatais assegurem a sua continuidade.

Notas

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
2. O Cariri, é uma região situada ao Sul do estado do Ceará, a mesma faz divisa com os estados da Paraíba, Pernambuco e Piauí. A região é conhecida pela abundância de sua vegetação, pelas grandes romarias ao Padre Cícero e pela cultura popular, que consiste em um traço bastante evidenciado quando se pensa tal espacialidade geográfica. A 553 quilômetros da capital cearense, Barbalha é uma cidade com pouco mais de 60 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia-IBGE, é nessa cidade que ocorre uma das maiores festividades populares do interior cearense, a Festa de Santo Antônio.
3. O termo carnavalização é usado de acordo com Océlio Teixeira de Souza (2000), quando enfatiza as mudanças estéticas vivenciadas na festa. Esse momento corresponde ao período em que o festejo passou a incorporar elementos de caráter festivo, incluindo bebidas, *shows* com artistas nacionais e uma intensa participação do mercado.
4. O bendito é uma espécie de música criada para homenagear algum santo. No passado, tais canções eram cantadas nas renovações de santos.
5. Seu Antônio é dono de um dos grupos de congos que se apresenta na festa. Ele afirma que há mais de 35 anos que participa da comemoração, acompanhado de seus filhos, genros, noras e netos.
6. Formado em História e professor da rede estadual do Ceará.
7. Algo que foge a norma, algazarra, brincadeira.

Referências

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio *Sociedade e Cultura*, vol. 8, núm. 2, julho-

dezembro, 2005, pp. 37-52 Universidade Federal de Goiás Goiânia, Brasil.

ALEXANDRE, Juciedo; SOUZA, Océlio; BEZERRA, Sandra. Festa de Santo Antônio de Barbalha: Patrimônio de fé, devoção e carnavalização. In: *Sentidos de devoção festa e carregamento em Barbalho*. IPHAN-Ce. Fortaleza, 2013.

BLAIR-TRUJILLO, Elsa. Memoria y poder: (des) estatilizarlas memorias y (des) centrar el poder del Estado. *Universitas Humaníticas*, 72. Bogotá: PUJ, 2011.

BROMBERGER, Christian. “Le patrimoine immatériel” entre ambiguïtés et overdose, *L’Homme* [on-ligne], 209 | 2014.

CALABRE, Lia. *Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula*. Rev. Inst. Estud. Bras. no.58 São Paulo jun. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742014000100008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 22 de agosto de 2020.

CALABRE, Lia. *História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia*. Revista Escritos, ano 7, n.7, 2013.

CAVALCANTI, Maria Laura. Patrimônio cultural no Brasil: estado da arte. Maria Laura Viveiros de Castro & Maria Cecília Londres Fonseca (Org). *Patrimônio Imaterial no Brasil*. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CARVALHO, José Jorge de. *Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras: de patrimônio cultural a indústria do entretenimento*. Brasília: Série Antropologia, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: Edufrj/Minc/IPHAN, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FABRES, Daniel. *Émotions patrimoniales, sous la direction de Daniel Fabre, textes réunis par Annick Arnaud*. Paris, Éditions de la Maison des sciences de l’homme, coll. « Ethnologie de la France », cahier n° 27, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. In: *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n.23, p. 15-36, jan/jun, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Patrimônio, espaço público e cultura subjetiva. In: *Antropologia da esfera pública: patrimônio e museus/ Izabela Tamasso, Renata de Sá Gonçalves, Simone Vassallo (Orgs)*. - Goiânia : Editora Imprensa Universitária, 2019.

HAFSTEIN, Valdimar Celebrando as diferenças, reforçando a conformidade. In: SANDRONI, Carlos & SALLES, Sandro Guimarães de (Orgs). *Patrimônio cultural em discussão: novos desafios teórico-metodológicos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

HERZFELD, Michael. Introdução, “As raízes da indiferença” e “Descalssificações”. p. 11-24; 53-72 e 149-173. In: *A produção social da indiferença: explorando as raízes simbólicas da burocracia ocidental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MARIO, Chagas. Memória Política e política de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. Festa de Santo Antônio de Barbalha-Ceará: sagrado e profano em circularidades de significados. In: SOARES, Igor de Menezes & SILVA, Ítala Byanca Morais (Orgs). *Sentidos de devoção festa e carregamento em Barbalho*. IPHAN-Ce. Fortaleza, 2013.

OLIVEN, Rubem George. Patrimônio intangível: considerações iniciais. In: *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*/Regina Abreu, Mário Chagas (orgs). Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

PAZ, Renata Marinho; MARQUES, Roberto. Quem é o povo da cultura popular? Algumas reflexões a partir das noções de Cariri, Religiosidade e Festas. In: *Temas contemporâneos em Sociologia*/ Domingos Sávio Cordeiro (ogr). Fortaleza: Gráfica e Editora Iris, 2013.

PAZ, Renata Marinho; SILVA, Simone Pereira. Nos bastidores da festa: O reisado de congo e a dinâmica das relações entre os grupos populares e os poderes públicos na Festa do Pau da bandeira de Santo Antônio em Barbalha. In: SOARES, Igor de Menezes & SILVA, Ítala Byanca Morais (Orgs). *Sentidos de devoção festa e carregamento em Barbalho*. IPHAN-Ce. Fortaleza, 2013.

SANT’ANNA, Márcia. “A festa como patrimônio cultural: problema e dilemas da salvaguarda”. In: *Observatório Itaú Cultural* 14. São Paulo: Itaú Cultural, 2013.

SOUZA, Océlio Teixeira de. *A festa do pau da bandeira de Santo Antônio de Barbalha: entre o controle e a autonomia (1928-1998)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

ZAMBRANO, Marta; GENECO, Cristóbal. Introducción: El pasado como política de la historia. In: *Memorias hegemónicas, memorias disidentes*. Bogotá: ICANH, 2000.

Recebido em 20 de maio de 2020

Aceito em 04 de setembro de 2020